



APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.



APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

Programa do Procedimento

**Ref.^a APL, S.A. 92-CP-2024 e Ref.^a APSS, S.A. S-828/2024,
Concurso Público para Fornecimento de Energia Elétrica**

PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO
VOLUME I- PROGRAMA DO PROCEDIMENO

Índice

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO	4
2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	4
3. ENTIDADE ADJUDICANTE	4
4. ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR	5
5. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS	5
6. FUNDAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO.....	5
7. CONDUÇÃO DO PROCEDIMENTO.....	5
8. CONCORRENTES	6
9. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	6
10. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	
11. DOCUMENTOS DA PROPOSTA.....	10
12. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA.....	12
13. PROPOSTAS VARIANTES	12
14. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	12
15. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	13
16. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	14
17. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO.....	14
18. RELATÓRIO PRELIMINAR.....	15
19. AUDIÊNCIA PRÉVIA	15
20. RELATÓRIO FINAL.....	15
21. ADJUDICAÇÃO	15
22. NÃO ADJUDICAÇÃO	16
23. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO	16
24. NEGOCIAÇÃO	18
25. CAUÇÃO	18
26. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO.....	18
27. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO	19
28. ENCARGOS	20
29. SIGILO.....	21
ANEXO 1 - DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	22
ANEXO 2 - MODELO DE DECLARAÇÃO (DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO)	23
ANEXO 3 - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO	25

ANEXO 3A -MODELO DE LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS APSS	27
ANEXO 3B -MODELO DE LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS APL	30
ANEXO 4A - MODELO DE CAUÇÃO (APL)	34
ANEXO 4B - MODELO DE CAUÇÃO (APSS)	36
ANEXO 4C - MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO (APL)	38
ANEXO 4D - MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO (APSS)	40
ANEXO 5 – FICHEIRO EDITÁVEL_ PRECOS UNITÁRIOS APSS,S.A. E PREÇOS UNITÁRIOS APL, S.A.	

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

O presente procedimento de contratação, de Concurso Público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, através de plataforma eletrónica de contratação, segue as regras indicadas no presente Programa e tem por objeto a celebração de contratos de “Fornecimento de energia elétrica” às Administrações dos Portos de Lisboa, APL, S.A., e de Setúbal e Sesimbra, APSS, S.A., com as referências 92-CP-2024 e S-828/2024, respetivamente, nos termos e condições previstos no Caderno de Encargos.

Esta contratação encontra-se dividida em dois Lotes:

Lote 1 – Fornecimento de energia à entidade adjudicante APL, S.A.

Lote 2 – Fornecimento de energia à entidade adjudicante APSS, S.A.

A divisão em somente dois lotes é justificada por motivos técnicos ou funcionais, por se revelar mais eficiente para cada entidade adjudicante a gestão do respetivo contrato com apenas uma entidade adjudicatária.

2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2.1. O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, adiante designado por CCP.

2.2. A tudo o que não esteja especificamente previsto no presente Programa do Procedimento, aplica-se o disposto no CCP e restante legislação aplicável.

3. ENTIDADE ADJUDICANTE

3.1 O agrupamento de entidades adjudicantes é composto pela APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., com sede na Gare Marítima de Alcântara, 1350-355, Lisboa e com o NIPC 501202021, doravante “APL”, e pela APSS – Administração dos

Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., com sede na Praça da República, 2904-508 Setúbal e com o NIPC 502256869, doravante “APSS”.

- 3.2 A APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A. é a representante do agrupamento de entidades adjudicantes referidas no número anterior, nos termos e para os efeitos do art.º 39.º do CCP, com o endereço eletrónico geral@portodelisboa.pt

4. ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR

- 4.1 O órgão competente para a decisão de contratar e para os restantes atos cuja competência esteja atribuída ao órgão com competência para a decisão de contratar são os conselhos de administração da APL, S.A. e da APSS, S.A., doravante APL e APSS por economia de exposição.

- 4.2 A decisão de contratar foi tomada pelas deliberações dos Conselhos de Administração da APL e da APSS, números 45/2024 e 465/2024 respetivamente, no dia 07/11/2024.

5. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados ao Júri do procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica AcinGov disponível no endereço <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/>

6. FUNDAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO

O procedimento tem fundamentação na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

7. CONDUÇÃO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento será integralmente tramitado através da plataforma eletrónica de contratação AcinGov.

8. CONCORRENTES

- 8.1. Não podem ser concorrentes as entidades que se encontrem em alguma das situações referidas no art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos, sob pena de caducidade da adjudicação, ou, sob pena de invalidade, que se encontrem em alguma das situações referidas no n.º 2 e seguintes do art.º 9.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, na sua redação aplicável, designadamente da Lei n.º 26/2024, de 20 de fevereiro, (referente a titulares de cargos políticos e altos cargos públicos ou seus familiares ou sociedades por si ou por familiar detidas ou geridas), devendo atestar o indicado nos termos indicados neste Programa.
- 8.2. Os concorrentes não podem recorrer a subcontratados para fornecer energia.
- 8.3. Ao concurso podem apresentar-se agrupamentos de empresas, nos termos do disposto no art.º 19.º da Lei nº. 41/2015, de 3 de junho, na sua redação atual decorrente da Lei nº 25/2018, de 14 de junho, e do disposto no art.º 54.º do Código dos Contratos Públicos, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 8.4. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas são responsáveis solidariamente perante a Entidade Adjudicante pela manutenção da proposta que vier a ser apresentada (carecendo qualquer alteração na composição do agrupamento e/ou do consórcio de ser autorizada previamente pela Entidade Adjudicante sob pena de exclusão, em qualquer fase do procedimento de contratação).
- 8.5. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser simultaneamente concorrentes no presente concurso, nem integrar outro agrupamento concorrente.

9. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 9.1. O processo do procedimento de concurso é composto pelas seguintes peças:
 - a) Programa de Concurso, com 10 (dez) anexos:
 1. modelo de declaração de aceitação do caderno de encargos;

- 2. modelo de declaração de habilitação;
- 3. modelo da proposta de preço total;
- 3.A modelo de lista de preços unitários APSS;
- 3.B modelo de lista de preços unitários APL;
- 4.A Modelo de caução APL;
- 4.B Modelo de caução APSS;
- 4.C Modelo de seguro caução APL;
- 4.D Modelo de seguro caução APSS;
- 5. Ficheiro editável_ preços unitários APSS, S.A. e preços unitários APL, S.A.

b) Caderno de encargos, com 2 (dois) anexos;

- 9.2. As peças deste procedimento, que devem ser respeitadas pelos interessados, concorrentes e adjudicatário sob pena de exclusão ou caducidade da sua proposta, são o presente Programa e o Caderno de Encargos.
- 9.3. O Programa é o regulamento que define os termos a que obedece a fase de formação do contrato até à sua celebração.
- 9.4. O Caderno de Encargos é a peça do procedimento que contém as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar.
- 9.5. O Programa e o Caderno de Encargos são constituídos pelos artigos e cláusulas constantes dos documentos referidos no índice geral e respetivos anexos.
- 9.6. Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças deste procedimento a partir da plataforma eletrónica de contratação da Entidade Adjudicante AcinGov acessível em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php> , de acordo com as indicações constantes da mesma, encontrando-se também disponíveis para consulta em suporte papel na Divisão de Contratação Pública da APL (das 9h30 às 12h30 e das 14h30h às 17h00, na sua sede).

- 9.7. Durante o prazo fixado para a entrega das propostas, os interessados poderão solicitar a inspeção ao local de prestação dos serviços e realizar neles os reconhecimentos e estudos que entenderem indispensáveis à elaboração da sua proposta, sendo, salvo se a Entidade Adjudicante considerar desnecessário, acompanhados por um elemento por esta designado, não podendo em qualquer caso os interessados invocar a ausência da referida inspeção ou o modo como decorreu para condicionar a sua proposta.
- 9.8. Todas as notificações e comunicações entre a APL, a APSS ou o Júri, e os concorrentes que, nos termos do programa do procedimento e da lei, devam ser praticadas num determinado prazo, são obrigatoriamente efetuadas através de plataforma eletrónica, por via do envio automático de mensagens eletrónicas, devendo ficar disponíveis para consulta na área exclusiva respetiva.
- 9.9. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica, incluindo os documentos das propostas, devem se assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, em conformidade com o art.º 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 9.10. Os certificados a que se refere o número a anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
- 9.11. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).
- 9.12. A falta de assinatura eletrónica dos documentos das propostas é motivo de exclusão.

10. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 10.1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 10.2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores (se aplicável).
- 10.3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
- 10.4. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.
- 10.5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao prazo fixado no programa do procedimento:
- a) O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

- 10.6. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
- 10.7. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
- 10.8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados a todos os convidados pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os convidados ser imediatamente notificados desse facto.
- 10.9. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

11. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 11.1. As propostas a apresentar pelos interessados deverão ser constituídas pelos seguintes documentos, que não devem, em nenhum caso, contrariar o estipulado neste Programa e no Caderno de Encargos (nem conter rasuras ou entrelinhas, salvo se devidamente ressalvadas):
- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, apresentado em conformidade com o indicado no Anexo I ao presente Programa, (assinado por representante do interessado através de assinatura eletrónica);
 - b) documentos que em função dos aspetos submetidos a avaliação, contenham os atributos da proposta (assinados por representante do interessado através de assinatura eletrónica):
 - i. uma proposta de preço elaborada em conformidade com o modelo **do Anexo 3** ao presente Programa;

- ii. uma lista de preços unitários para cada entidade Adjudicante elaborada em conformidade com os modelos em **Anexo 3A** e **Anexo 3B** ao presente Programa, sendo entregue através de ficheiro em formato.pdf (ou compatível) não editável (complementado por ficheiro correspondente editável em formato .xlxs (ou compatível), repetindo a informação prestada, nos termos do **Anexo 5**).

Os preços totais deverão ser arredondados a duas casas decimais.

- c) quaisquer outros documentos que o interessado considere indispensáveis e de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, designadamente elementos técnicos que julgue úteis para o completo esclarecimento da sua proposta (assinados por representante do interessado através de assinatura eletrónica);
- d) sendo o caso, documentação para comprovar os poderes do representante do interessado, como certidão de registo comercial (ou respetivo código de acesso) e procuração ou ata do respetivo órgão de gestão.

11.2. O preço da proposta será expresso em euros, e não incluirá o imposto sobre o valor acrescentado.

11.3. A não valorização de todos os itens do mapa de quantidades de fornecimento permitirá excluir a proposta de preço apresentada a concurso.

11.4. Sempre que, na proposta, sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, mais decompostos. Neste sentido, se houver discrepância entre o preço total e a soma dos preços parciais, prevalecerá esta soma de preços parciais.

11.5. Sendo o caso, documentação para comprovar os poderes do representante do interessado, como certidão de registo comercial (ou respetivo código de acesso) e procuração ou ata do respetivo órgão de gestão.

11.6. As referidas assinaturas por representante do interessado devem ser efetuadas através de assinatura eletrónica mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica.

- 11.7. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento de interessados, os documentos referidos neste artigo como exigindo assinatura devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram (caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros) ou, não existindo representante comum, devem ser assinados pelos representantes de todos os seus membros.

12. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 12.1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 12.2. Os documentos técnicos, designadamente os indicados na al. c) do 11.1., podem ser apresentados em português, galaico, castelhano, francês ou inglês

13. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem propostas condicionadas, cada concorrente só podendo apresentar uma única proposta.

14. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 14.1. Os documentos elaborados ou preenchidos pelo interessado carregados na plataforma eletrónica AcinGov, como os documentos da proposta ou os documentos de habilitação, deverão, de acordo com o indicado neste artigo, sob pena de exclusão da proposta ou caducidade da adjudicação, ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais que deverão ser adquiridos atempadamente junto de entidade credenciada nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 14.2. Quando o interessado realizar o carregamento, na plataforma eletrónica, de um ficheiro de uma proposta, este deve estar já encriptado e assinado, com recurso a assinatura eletrónica qualificada.

- 14.3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o interessado submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
- 14.4. Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do interessado.
- 14.5. Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras (v.g. digitalizações), podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do interessado, atestando a sua conformidade com o documento original.
- 14.6. Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita, incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, designadamente, processos de compressão, descompressão, agregação e desagregação (ex. em formato .zip), a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem.
- 14.7. Os interessados devem assegurar que todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, bem como todos os atos que, nos termos do Código dos Contratos Públicos, devam ser praticados dentro de um determinado prazo, são sujeitos à aposição de selos temporais emitidos por uma entidade certificadora credenciada para a prestação de serviços de validação cronológica.

15. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Os documentos que constituem as propostas têm de ser apresentados até às 23h59 do 30.º dia, contado da data de envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.

16. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respectivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

17. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

17.1. A avaliação das propostas é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a Entidade Adjudicante, escolhendo-se a proposta que apresente o preço global mais baixo. Este critério de adjudicação é justificado pelo reduzido prazo para conclusão do concurso.

17.2. Considera-se como preço da proposta o valor apurado com base nos consumos de referência para cada ponto de consumo fornecidos pelas entidades adjudicantes no modelo em Anexo ao Caderno de Encargos do presente procedimento e os tarifários propostos pelos concorrentes, de acordo com o exigido na alínea b) do ponto 11.1 do presente Programa.

17.3. Em caso de empate entre as propostas mais vantajosas para fornecimento de energia elétrica será privilegiada a proposta que tiver menor preço unitário apresentado para horas de ponta. Se permanecer o empate será dada preferência à proposta de menor preço unitário apresentado para horas de cheia. Se ainda assim o empate se mantiver, prevalecerá a proposta de menor preço unitário apresentado para horas de vazio.

Se esgotadas as hipóteses de desempate e o empate persistir, a adjudicação será feita por sorteio entre as propostas empatadas realizado pela representante do agrupamento de Entidades Adjudicantes na presença de um representante de cada um dos concorrentes que se queiram fazer representar, nas instalações da Entidade Adjudicante em local, data e hora a designar com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

18. RELATÓRIO PRELIMINAR

18.1. Após análise das propostas o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a exclusão de propostas, designadamente por verificação de qualquer das situações elencadas no n.º 2 do art.º 70.º, nos n.ºs 2 e 3 do art.º 146.º do CCP e no n.º 5 do art.º 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto e, bem assim, a ordenação das propostas relativamente à qual não seja identificado qualquer fundamento de exclusão.

18.2. Do primeiro relatório preliminar deve constar referência a eventuais esclarecimentos que o Júri entenda, livremente, solicitar aos concorrentes e, nesse caso, os esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 72.º do CCP.

19. AUDIÊNCIA PRÉVIA

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito, através da plataforma eletrónica, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 dias úteis.

20. RELATÓRIO FINAL

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do art.º 148.º do CCP.

21. ADJUDICAÇÃO

21.1. A decisão de adjudicação da APL será comunicada através da plataforma eletrónica, em simultâneo a todos os concorrentes admitidos, acompanhada do relatório final de análise de propostas e indicando-se o prazo de suspensão a que se refere o n.º 1 do art.º 77.º do Código dos Contratos Públicos.

21.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação a Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário para, designadamente:

a) prestar caução, indicando expressamente o seu valor, nos termos indicados no art.º 26.º;

b) apresentar os documentos de habilitação, nos termos indicados no art.º 23.º;

- c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- d) se pronunciar sobre a minuta de contrato, nos termos indicados no art.º 27.º deste programa.

22. NÃO ADJUDICAÇÃO

Não há lugar à adjudicação no presente procedimento caso se verifique o previsto no art.º 79.º do CCP.

23. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

23.1 Ao abrigo do disposto no art.º 81.º do CCP, o adjudicatário deve apresentar reprodução dos seus documentos de habilitação, e sendo o caso e admissível de subcontratado, através da Plataforma Eletrónica de Contratação AcinGov, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo **em Anexo 2** ao presente Programa (correspondente ao Anexo II ao Código dos Contratos Públicos);
- b) certificado relativo à regularidade da situação contributiva do Adjudicatário no que se refere à Segurança Social;
- c) certificado relativo à regularidade da situação contributiva do Adjudicatário no que se refere ao pagamento de impostos;
- d) certificado de registo criminal do Adjudicatário;
- e) no caso de pessoas coletivas, além do certificado de registo criminal do Adjudicatário, certificado de registo criminal dos

titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções do Adjudicatário;

- f) no caso de pessoas coletivas, certidão de registo comercial do Adjudicatário, caso a anteriormente apresentada já não se encontre válida;
- g) comprovativo da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a prestação em causa, nomeadamente da titularidade de registo de comercialização de eletricidade na Direção-Geral de Energia e Geologia, nos termos do art.º 132.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, na sua redação aplicável, atualmente a decorrente do Decreto-Lei n.º 104/2023, de 17 de novembro, posteriormente corrigido pela Declaração de Retificação n.º 33/2023, de 22 de dezembro;
- h) no caso de pessoas coletivas, comprovativo do registo e atualização de beneficiário efetivo, nos termos do art.º 36.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação aplicável, atualmente a decorrente da Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto;
- i) no caso de agrupamentos, todas as empresas constituintes de Agrupamento ou Consórcio têm de apresentar os documentos de habilitação, referidos no presente Programa de Procedimento de acordo com o disposto no art.º 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

23.2 Em alternativa à apresentação da documentação referida o Adjudicatário pode, quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet, designadamente no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, fornecer a informação necessária à sua consulta.

23.3 O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por

solicitação do Adjudicatário à Entidade Adjudicante, por um período não superior a cinco dias.

- 23.4 Os documentos de habilitação devem estar redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, salvo se redigidos em galaico, castelhano, francês ou inglês caso em que não é necessária tradução.

24. NEGOCIAÇÃO

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

25. CAUÇÃO

- 25.1. Será exigida a prestação de caução destinada a garantir a celebração de cada contrato e o seu exato e pontual cumprimento, no valor de 3% (três por cento) do valor global da proposta adjudicada calculado de acordo com o n.º 3 da Cláusula 7.ª do Caderno de Encargos calculado para o período inicial do contrato, respeitante ao total das taxas praticadas pelo fornecimento de energia ativa, com exclusão do IVA.

- 25.2. A prestação da caução deverá ser comprovada pelo adjudicatário junto da APL no prazo de 10 dias a contar da notificação da APL, podendo ser efetuada por garantia bancária, incondicional e irrevogável, ou por seguro-caução, nos termos de um dos modelos que constituem o **Anexo 4** ao presente programa do procedimento ou, ainda, por depósito a efetuar mediante transferência bancária para as contas da APL e da APSS, a indicar posteriormente.

- 25.3. A APL e a APSS poderão recorrer à respetiva caução, independentemente da decisão judicial, nos casos em que o adjudicatário não celebre ou não cumpra o contrato.

26. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

- 26.1. A adjudicação considera-se caducada, nos termos legais, quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:

- a) Não apresentar os documentos de habilitação exigidos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP dentro do prazo fixado para o efeito;
- b) Não comprovar junto da APL a prestação da caução no prazo fixado para o efeito;
- c) Se se verificar alguma das situações previstas no artigo 105.º do CCP.

26.2. Sempre que se verificar um facto que determine a caducidade da adjudicação, a APL notificará o adjudicatário, fixando-lhe um prazo não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

26.3. Nos casos previstos nos nºs 26.1 e 26.2 a entidade adjudicante pode decidir pela adjudicação ao concorrente classificado em lugar subsequente.

27. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

27.1. A adjudicação do fornecimento a que se refere o presente procedimento será objeto de contrato escrito.

27.2. A minuta do contrato a celebrar nos termos do art.º 96.º do Código dos Contratos Públicos considera-se aceite pelo Adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação na plataforma eletrónica de contratação, nos termos do art.º 102.º do Código dos Contratos Públicos.

27.3. O contrato é reduzido a escrito e assinado pelas partes no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, em data a indicar pela Entidade Adjudicante, mas nunca antes de apresentados todos os documentos de habilitação exigidos.

27.4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, caso seja necessário dar imediata execução ao contrato, a redução a escrito pode ocorrer em momento posterior ao do início das prestações contratuais, devendo o contrato ser outorgado no prazo máximo de 30 dias após essa data.

27.5. O Adjudicatário deve para efeitos da assinatura de cada contrato indicar o seu representante para assinatura do contrato e, sendo o caso, documentação para comprovar os poderes do representante, como certidão de registo comercial (ou respetivo código de acesso) e procuração.

27.6. No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do art.º 54.º n.º 4 e 105.º n.º 1 al. c) do Código dos Contratos Públicos, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, com sede na União Europeia, devendo, até à data da assinatura do contrato, apresentar os seguintes documentos:

a) cópia do Contrato de Consórcio, devendo indicar-se que cada membro do Consórcio é solidariamente responsável pelo pontual cumprimento de todas as obrigações legais e emergentes do contrato de empreitada a celebrar com a Entidade Adjudicante, qual a percentagem de participação de cada um dos elementos do Consórcio, que alteração na composição do Consórcio tem de ser autorizada previamente pela Entidade Adjudicante e qual a Empresa Chefe do Consórcio;

b) procuração outorgada por todos os membros do Consórcio à Empresa Chefe do Consórcio, com poderes para esta empresa receber todas as notificações e comunicações da Entidade Adjudicante ou seu representante respeitante ao contrato celebrado.

27.7. A assinatura do contrato é efetuada com a aposição de assinaturas eletrónicas e é publicitada, pela Entidade Adjudicante, nos termos indicados no Caderno de Encargos.

28. ENCARGOS

Todas as respetivas despesas inerentes à elaboração e apresentação da proposta e à celebração do contrato constituem encargo dos interessados, concorrentes e Adjudicatário.

29. SIGILO

29.1 Aplica-se, ainda ao presente procedimento de contratação o disposto, em especial nos art.º 34.º a 106.º, art.º 130.º a 139.º e art.º 465.º e seguintes, no Código dos Contratos Públicos, na sua redação aplicável, atualmente a decorrente do Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18/2023, de 16 de agosto, bem como o restante normativo aplicável, incluindo o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na sua redação aplicável, atualmente a decorrente do Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto, que estabelece o regime de revisão de preços, a Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, que define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos público, e a Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública.

29.2 Para dirimir todas as questões emergentes do presente procedimento é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

ANEXO 1
DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

<https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt#>

(a que se refere a alínea a) do ponto 11.1 do presente Programa
do Procedimento)

Documento Europeu Único de Contratação Pública

O Documento Europeu Único de Contratação Pública encontra-se previsto no art.º 57.º n.º 6 do Código dos Contratos Públicos e no Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, como indicado em **Error! Hyperlink reference not valid.** <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>, (devendo ser assinado por representante do interessado através de assinatura eletrónica).

ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 –. [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento “Ref.^a APL, S.A. 92-CP-2024 e Ref.^a APSS, S.A. S-828/2024, Concurso Público para Fornecimento de Energia Elétrica”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... [local], [data], [assinatura ⁽⁵⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão a sua representada.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão a sua representada.
- (5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO 3

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO TOTAL

_____ (indicar denominação social, número de identificação fiscal e sede da empresa concorrente, ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), depois de ter tomado conhecimento do objeto do contrato do Procedimento “Ref.^a APL, S.A. 92-CP-2024 e Ref.^a APSS, S.A. S-828/2024, Concurso Público para Fornecimento de Energia Elétrica”, a que se refere o anúncio datado de _____, e as estimativas de consumos mencionadas nos anexos ao caderno de encargos, obriga(m)-se a cumprir as obrigações decorrentes do contrato, em conformidade com o estabelecido nos documentos que dele fazem parte integrante, pelos preços unitários indicados, correspondendo, de acordo com as estimativas de consumo indicadas pelas Entidades Adjudicantes, ao preço global de €..... (por algarismos e por extenso), resultado da soma do valor estimado de €..... (por algarismos e por extenso) para o Lote 1 - fornecimento de energia elétrica à APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A., pelo período máximo de vigência do contrato 10 (dez) meses com o valor estimado de €..... (por algarismos e por extenso) para o lote 2 respeitante ao fornecimento de energia elétrica à APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., pelo período máximo de vigência do contrato (trinta e seis meses).

Os valores mencionados incluem as componentes energia ativa e reativa, redes e todos os encargos e tributos aplicáveis, como o Imposto Especial de Consumo de Eletricidade (IEC), Banda de Reserva de Restabelecimento da Frequência com Ativação Manual (mFRR), a Taxa de Exploração da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), a Contribuição Audiovisual, e a taxa de financiamento da Tarifa Social.

Às quantias mencionadas acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar previsto na legislação portuguesa em vigor, nomeadamente ao Código dos Contratos Públicos, designadamente declarando que não se encontra em nenhuma das situações referidas no n.º 2 e seguintes do art.º 9.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, na sua redação aplicável, designadamente Lei n.º 26/2024, de 20 de fevereiro, (regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

..... [local], [data], [nome e qualidade (ex.: sócio-gerente, administrador, procurador) do representante do interessado], [assinatura, através de assinatura eletrónica mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica]

ANEXO 3A

MODELO DE LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS APSS, S.A. – Lote 2

O preço contratual global referido na proposta apresentada de acordo com o Anexo 3 do Programa do Procedimento "Ref.^a APL, S.A. 92-CP-2024 e Ref.^a APSS, S.A. S-828/2024, Concurso Público para Fornecimento de Energia Elétrica", decompõe-se pelos seguintes preços unitários, nos nove pontos de consumo (apresentado também através de ficheiro de folha de cálculo em formato .xlsx editável, no Anexo 5, repetindo a informação prestada):

Preços unitários

CPE (Código do Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Valor da Energia Ativa S/IVA			
		Ponta €/kWh	Ponta Cheias €/kWh	Vazio Normal €/kWh	Super Vazio €/kWh
PT0002000068115974AM	Semanal C/ feriados	A Preencher	A Preencher	A Preencher	A Preencher
PT0002000069403841SX	Semanal C/ feriados	A Preencher	A Preencher	A Preencher	A Preencher
PT0002000108238207JA	Semanal C/ feriados	A Preencher	A Preencher	A Preencher	A Preencher
PT0002000067490814PP	Semanal C/ feriados	A Preencher	A Preencher	A Preencher	A Preencher
PT0002000066444693HL	Semanal C/ feriados	A Preencher	A Preencher	A Preencher	A Preencher
PT0002000068116022MF	Diário	A Preencher	A Preencher	A Preencher	A Preencher
PT0002000079181305JJ	Semanal S/ feriados	A Preencher	A Preencher	A Preencher	A Preencher
PT0002000068114628JQ	Semanal S/ feriados	A Preencher	A Preencher	A Preencher	A Preencher
PT0002000115376086QQ	Diário	A Preencher	A Preencher	A Preencher	A Preencher

Nota: Os preços unitários propostos acima indicados, neste quadro, incluem todos os custos e encargos suportados pelo concorrente, mas não incluem as componentes de energia ativa e reativa, redes e todos os tributos aplicáveis, como o Imposto Especial de Consumo de Eletricidade (IEC), a Banda de Reserva de Restabelecimento da Frequência com Ativação Manual (mFRR), a Taxa de Exploração da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), a Contribuição Audiovisual e , a taxa de financiamento da Tarifa Social.

Os preços unitários aplicados aos consumos estimados pela APSS, S.A. no Caderno de Encargos são os indicados no quadro seguinte (apresentado também através de ficheiro de folha de cálculo em formato .xlsx editável (ou compatível), repetindo a informação prestada) e somado com os valores estimados (totalizando 562.623,47€ respeitantes às componentes energia ativa e reativa, redes e todos os tributos aplicáveis (como o Imposto Especial de Consumo de Eletricidade (IEC), a Taxa de Exploração da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), Banda de Reserva de Restabelecimento da Frequência com Ativação Manual (mFRR) e a Contribuição Audiovisual, e a taxa de financiamento da Tarifa Social) totalizam o referido preço contratual global (de valor igual ou inferior ao preço base para o contrato a celebrar pela APSS,S.A. indicado 6.^a do Caderno de Encargos):

Preços Globais Propostos

		Valor da Energia Ativa S/IVA				
CPE (Codigo do Ponto de Entrega)	Ciclo Horário	Ponta €	Ponta Cheias €	Vazio Normal €	Super Vazio €	Total €
PT0002000068115974AM	Semanal C/ feriados	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
PT0002000069403841SX	Semanal C/ feriados	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
PT0002000108238207JA	Semanal C/ feriados	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
PT0002000067490814PP	Semanal C/ feriados	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
PT0002000066444693HL	Semanal C/ feriados	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
PT0002000068116022MF	Diário	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
PT0002000079181305JJ	Semanal S/ feriados	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
PT0002000068114628JQ	Semanal S/ feriados	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
PT0002000115376086QQ	Diário	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Valores estimados respeitantes às componentes energia ativa e reativa, redes, mFRR e todos os tributos aplicáveis (como o Imposto Especial de Consumo de Eletricidade (IEC), a Taxa de Exploração da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e a Contribuição Audiovisual e a taxa de financiamento da Tarifa Social)						562.623,47€
TOTAL						

Às quantias mencionadas acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

..... [local], [data], [nome e qualidade
(ex.: sócio-gerente, administrador, procurador) do representante do
interessado], [assinatura, através de assinatura
eletrónica mediante a utilização de certificados qualificados de
assinatura eletrónica]

ANEXO 3B

MODELO DE LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS APL, S.A. – Lote 1

O preço contratual global referido na proposta apresentada de acordo com o Anexo 2 do Programa do Procedimento “Ref.^a APL, S.A. 92-CP-2024 e Ref.^a APSS, S.A. S-828/2024, Concurso Público para Fornecimento de Energia Elétrica”, decompõe-se pelos seguintes preços unitários, a aplicar nos pontos de consumo descritos nos grupos 1, 2 e 3:

Grupo 1 - Média e Baixa Tensão Especial

Os preços unitários aplicados aos consumos estimados pela APL, S.A. para o grupo 1, no Caderno de Encargos, são os indicados no quadro seguinte (apresentado também através de ficheiro de folha de cálculo em formato .xlsx editável (ou compatível), repetindo a informação prestada) e somado com os valores estimados (totalizando €261.339,60 respeitantes às componentes energia ativa e reativa, redes e todos os tributos aplicáveis (como o Imposto Especial de Consumo de Eletricidade (IEC), a Taxa de Exploração da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), Banda de Reserva de Restabelecimento da Frequência com Ativação Manual (mFRR) e a Contribuição Audiovisual e a taxa de financiamento da Tarifa Social) totalizam o referido preço contratual global (de valor igual ou inferior ao preço base para o contrato a celebrar pela APL,S.A. indicado na clausula 6.^a do Caderno de Encargos):

		Energia ativa (€/KWh)				
CPE:PT	Instalação	Vazio Normal	Super Vazio	Ponta	Cheia	Total €/kWh
PT0002000082682125DA	Algés - (VTS)					
PT0002000065176234EX	Av. Brasília					
PT0002000065176165LX	Vela Latina					
PT00020000065176154HE	Parque Rep. Belém					
PT0002000065176052ZN	EM Alcântara					
PT0002000065176063ST	EM Rocha					
PT0002000065193381PE	Rocha (quiosque)					
PT0002000116168869PN	Edifício Diogo Cão					
PT0002000065182587ES	Sta. Apolónia (Lux)					
PT0002000065169731SQ	Matinha (transp. José Jorge)					
PT0002000065169753QS	Cais Santos					
PT0002000065169206SC	Algés junto ao viaduto					
PT0002000114921585NH	EIDH					
PT0002000074114915YV	Poço Bispo (CIMA)					

PT0002000103898465CQ	Algés (Marítima)					
Valores estimados respeitantes às componentes energia ativa e reativa, redes mFRR e todos os tributos aplicáveis (como o Imposto Especial de Consumo de Eletricidade (IEC), a Taxa de Exploração da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), a Contribuição Audiovisual e a taxa de financiamento da Tarifa Social)						€261.339,60
Total						

Nota: Os preços unitários propostos acima indicados, neste quadro, incluem todos os custos e encargos suportados pelo concorrente, mas não incluem as componentes de energia ativa e reativa, redes e todos os tributos aplicáveis, como o Imposto Especial de Consumo de Eletricidade (IEC), a Banda de Reserva de Restabelecimento da Frequência com Ativação Manual (mFRR), a Taxa de Exploração da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), a Contribuição Audiovisual e a taxa de financiamento da Tarifa Social.

Grupo 2 - Baixa Tensão Normal Simples

Os preços unitários aplicados aos consumos estimados pela APL, S.A. para o grupo 2, no Caderno de Encargos, são os indicados no quadro seguinte (apresentado também através de ficheiro de folha de cálculo em formato .xlsx editável (ou compatível), repetindo a informação prestada) e somado com os valores estimados (totalizando €6.569,86 respeitantes às componentes energia ativa e reativa, redes e todos os tributos aplicáveis (como o Imposto Especial de Consumo de Eletricidade (IEC), a Taxa de Exploração da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), Banda de Reserva de Restabelecimento da Frequência com Ativação Manual (mFRR), a Contribuição Audiovisual e a taxa de financiamento da Tarifa Social) totalizam o referido preço contratual global (de valor igual ou inferior ao preço base para o contrato a celebrar pela APL, S.A. indicado na cláusula 6.ª do Caderno de Encargos):

Código do Ponto de Entrega (CPE)	Instalação	Energia Ativa (€/kWh)	Total €/kWh
PT0002000083191331EN	Almada (Radar)		
PT0002000083602503MJ	Caxias (Antena)		
PT0002000085054887VQ	Parque Rep. Belém		
PT0002000075875476PC	Edifício Gonçalo Zarco		
PT0002000079689628BJ	Doca Stº Amaro (Esc. Náutica)		
PT0002000079689639NR	Doca Stº Amaro (Esc. Náutica)		
PT0002000086913826LA	Poço do Bispo (Estação de Serviço)		
PT0002000040794917DQ	Matinha (R. Vale Formoso)		
PT0002000129547685AG	Jardim do Tabaco (P. Catódica)		
Valores estimados respeitantes às componentes energia ativa e reativa, redes mFRR e todos os tributos aplicáveis (como o Imposto Especial de Consumo de Eletricidade (IEC), a Taxa de Exploração da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), a Contribuição Audiovisual e a taxa de financiamento da Tarifa Social)			6.569,86
Total			

Nota: Os preços unitários propostos acima indicados, neste quadro, incluem todos os custos e encargos suportados pelo concorrente, mas não incluem as componentes de energia ativa e reativa, redes e todos os tributos aplicáveis, como o Imposto Especial de Consumo de Eletricidade (IEC), a Banda de Reserva de Restabelecimento da Frequência

com Ativação Manual (mFRR) a Taxa de Exploração da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), a Contribuição Audiovisual e a taxa de financiamento da Tarifa Social.

Grupo 3 – Baixa Tensão Normal/Média Utilizações

Os preços unitários aplicados aos consumos estimados pela APL, S.A. para o grupo 3, no Caderno de Encargos, são os indicados no quadro seguinte (apresentado também através de ficheiro de folha de cálculo em formato .xlsx editável (ou compatível), repetindo a informação prestada) e somado com os valores estimados (totalizando €5.808,86 respeitantes às componentes energia ativa e reativa, redes e todos os tributos aplicáveis (como o Imposto Especial de Consumo de Eletricidade (IEC), a Taxa de Exploração da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), Banda de Reserva de Restabelecimento da Frequência com Ativação Manual (mFRR), a Contribuição Audiovisual e a taxa de financiamento da Tarifa Social) totalizam o referido preço contratual global (de valor igual ou inferior ao preço base para o contrato a celebrar pela APL,S.A. indicado na clausula 6.^a do Caderno de Encargos):

Código do Ponto de Entrega (CPE)	Instalação	Energia ativa (€/KWh)			
		Vazio Normal	Ponta	Cheia	Total €/kWh
PT0002000079689617BW	Doca Stº Amaro (Esc. Náutica)				
PT0002000085162835LW	Ribeira (CML)				
PT00020000104271752NJ	Santos				
PT00020000040486839AB	Doca Bom Sucesso (Oficina)				
PT00020000040486817WN	Doca Bom Sucesso (Mar 2030)				
PT0002000082382686PR	CDI Barreiro				
Valores estimados respeitantes às componentes energia ativa e reativa, redes, mFRR e todos os tributos aplicáveis (como o Imposto Especial de Consumo de Eletricidade (IEC), a Taxa de Exploração da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), a Contribuição Audiovisual e a taxa de financiamento da Tarifa Social)					5.808,86 €
Total					

Nota: Os preços unitários propostos acima indicados, neste quadro, incluem todos os custos e encargos suportados pelo concorrente, mas não incluem as componentes de energia ativa e reativa, redes e todos os tributos aplicáveis, como o Imposto Especial de Consumo de Eletricidade (IEC), a Banda de Reserva de Restabelecimento da Frequência

com Ativação Manual (mFRR) a Taxa de Exploração da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), a Contribuição Audiovisual e a taxa de financiamento da Tarifa Social

Às quantias mencionadas acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

..... [local], [data], [nome e qualidade (ex.: sócio-gerente, administrador, procurador) do representante do interessado], [assinatura, através de assinatura eletrónica mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica]

ANEXOS 4 - MODELOS DE CAUÇÃO

ANEXO 4A- MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA (APL -Lote 1)

O Banco⁽¹⁾..... com sede em
....., matriculado na Conservatória do Registo
Comercial de com o capital social de €.....
presta a favor de
garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de €.....
correspondente a 3% do valor contratual calculado de acordo com a
Cláusula 12.ª do Caderno de Encargos, destinado a garantir o bom e
integral cumprimento das obrigações que
.....⁽²⁾....., assumirá no contrato a que se
refere o Procedimento "Ref.ª APL, S.A. 92-CP-2024 e Ref.ª APSS, S.A.
S-828/2024, Concurso Público para Fornecimento de Energia Elétrica"
que com ela a APL-Administração do Porto de Lisboa, S.A., vai outorgar
e que tem por objeto a "**Fornecimento de energia elétrica**",
regulado nos termos do Código dos Contratos Públicos.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da
Administração do Porto de Lisboa, S.A. sem que esta tenha de justificar
o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício
quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás
identificado ou com o cumprimento das obrigações que
.....⁽²⁾..... assume
com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo
o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros
moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações
ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer
circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua
extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos
Contratos Públicos), por caducidade (no prazo de 30 dias, após o
pagamento da última fatura ou, caso anterior, na data do decurso de
três meses após a data de termo de vigência do período inicial do
contrato [opcional, para evitar sucessivas prestações de novas
cauções, acrescentar: "ou, em caso de renovação, na data do decurso
de três meses após a data de termo de vigência do período de
renovação do contrato)]" ou cancelamento pela APL.

Data

Assinatura(s)(**reconhecida(s), na
qualidade**)

- (¹) - A garantia bancária deverá ser passada por um estabelecimento bancário legalmente autorizado;
- (²) - Identificação do Adjudicatário

ANEXO 4B - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA (APSS – Lote 2)

O Banco⁽¹⁾..... com sede em
....., matriculado na Conservatória do Registo
Comercial de com o capital social de €.....
presta a favor de
garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de €.....
correspondente a 3% do valor contratual calculado de acordo com a
Cláusula 12.ª do Caderno de Encargos, destinado a garantir o bom e
integral cumprimento das obrigações que
.....⁽²⁾....., assumirá no contrato a que se
refere o Procedimento "Ref.ª APL, S.A. 92-CP-2024 e Ref.ª APSS, S.A.
S-828/2024, Concurso Público para Fornecimento de Energia Elétrica"
que com ela a APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra,
S.A., vai outorgar e que tem por objeto a "**Fornecimento de energia
elétrica**", regulado nos termos do Código dos Contratos Públicos.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da
Administração do Porto de Lisboa, S.A. sem que esta tenha de justificar
o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício
quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás
identificado ou com o cumprimento das obrigações que
.....⁽²⁾..... assume
com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo
o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros
moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações
ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer
circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua
extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos
Contratos Públicos), por caducidade (no prazo de 30 dias, após o
pagamento da última fatura ou, caso anterior, na data do decurso de
três meses após a data de termo de vigência do período inicial do
contrato [opcional, para evitar sucessivas prestações de novas
cauções, acrescentar: "ou, em caso de renovação, na data do decurso
de três meses após a data de termo de vigência do período de
renovação do contrato)]" ou cancelamento pela APSS.

Data

Assinatura(s)(reconhecida(s), na
qualidade)

- (¹) - A garantia bancária deverá ser passada por um estabelecimento bancário legalmente autorizado;
- (²) - Identificação do Adjudicatário

ANEXO 4C - MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO (APL - Lote 1)

A Companhia de Seguros, com sede em, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de €.....,00, presta a favor da APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (o tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de €.....,00, correspondente a 3% do valor contratual calculado de acordo com a Cláusula 12.^a do Caderno de Encargos, conforme previsto no Programa do Procedimento, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que(o adjudicatário) assumirá no contrato a que se refere o Procedimento “Ref.^a APL, S.A. 92-CP-2024 e Ref.^a APSS, S.A. S-828/2024, Concurso Público para Fornecimento de Energia Elétrica” que com ela a APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A vai outorgar e que tem por objeto o **“Fornecimento de energia elétrica”** regulado nos termos da legislação aplicável (o Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da APL, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que(o adjudicatário) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, por caducidade (no prazo de 30 dias, após o pagamento da última fatura ou, caso anterior, na data do decurso de três meses após a data de termo de vigência do período inicial do contrato [opcional, para evitar sucessivas prestações de novas cauções, acrescentar: “ou, em caso de renovação, na data do decurso de três meses após a data de termo de vigência do período de renovação do contrato)]]” ou cancelamento pela APL, nos termos previstos na legislação aplicável.

Local, Data _____.

Assinaturas **assinatura do(s) representante(s) legal(ais)
devidamente reconhecida na
qualidade]**_____

ANEXO 4D - MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO (APSS – Lote 2)

A Companhia de Seguros, com sede em, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de €.....,00, presta a favor da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (o tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de €.....,00, correspondente a 3% do valor contratual calculado de acordo com a Cláusula 12.^a do Caderno de Encargos, conforme previsto no Programa do Procedimento, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que(o adjudicatário) assumirá no contrato a que se refere o Procedimento “Ref.^a APL, S.A. 92-CP-2024 e Ref.^a APSS, S.A. S-828/2024, Concurso Público para Fornecimento de Energia Elétrica” que com ela a APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. vai outorgar e que tem por objeto o “**Fornecimento de energia elétrica**” regulado nos termos da legislação aplicável (o Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da APSS, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que(o adjudicatário) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção , por caducidade (no prazo de 30 dias, após o pagamento da última fatura ou, caso anterior, na data do decurso de três meses após a data de termo de vigência do período inicial do contrato [opcional, para evitar sucessivas prestações de novas cauções, acrescentar: “ou, em caso de renovação, na data do decurso de três meses após a data de termo de vigência do período de renovação do contrato)]” ou cancelamento pela APSS, nos termos previstos na legislação aplicável.

Local, Data _____.

Assinaturas **assinatura do(s) representante(s) legal(ais)
devidamente reconhecida na
qualidade]**_____